

## Comissão da Carreira, revisão de transportes, terceirização...

### Confira os temas debatidos na última reunião do CADE

A partir das informações sistematizadas pelos representantes do “Chapão Sintunesp/Associações” no Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE) da Unesp, o Sintunesp organizou um relato dos principais debates e encaminhamentos da última reunião deste órgão colegiado, realizada em 10/6/2015. Confira:

#### Comissão da carreira

No entendimento dos representantes do “Chapão”, a discussão iniciada na última reunião presencial do CADE sobre as portarias 128, 129 e 130 deveria continuar na reunião de 10/6. O presidente do CADE, professor Gamero, limitou-se a dizer que iria seguir a “determinação do reitor”, que considera “encerrada” a discussão das portarias. A afirmação gerou indignação nos membros do “Chapão”, pois esta é mais uma faceta da ausência de democracia na Universidade: o reitor “decide” o que um colegiado pode ou não discutir.

Para os representantes do “Chapão”, considerando que o concurso de livre docência (que é parte da carreira docente e se dá por nível de escolaridade) não foi interrompido, por similaridade as promoções entre os servidores também não poderiam ser suspensas. Outro fator a se considerar é o período de encerramento para promoção por escolaridade (apresentação dos certificados), uma vez que poucos encerram um curso em março, o que costuma ocorrer no fim do segundo semestre letivo.

Diante da impossibilidade de discussão sobre as portarias, o colegiado passou a avaliar quais seriam as atribuições e o que se espera da comissão para estudo do Plano de Carreira dos Servidores Técnicos e Administrativos, que está para ser implantada.

Em resumo, num primeiro momento o objetivo não seria fazer nova análise e reforma profunda da carreira, mas sim avaliar “arestas”, com vistas à situação financeira da Universidade. Ou seja, para a Reitoria, o objetivo da comissão é o de reavaliar a promoção dos servidores e alcançar uma redução com gastos da massa salarial da Universidade. Por certo, uma frustração ao segmento técnico-administrativo, que esperava por correções de distorções na carreira, uma reavaliação no ADP, entre tantas outras demandas. Ao menos num primeiro momento, nada disso será considerado pela comissão.

Os representantes eleitos pelo “Chapão” questionaram essa definição, uma vez que, ao término do ciclo de 3 anos, cerca de 65% dos servidores da Universidade são promovidos, e não 100% dos servidores, como se pensa em relação à promoção. Ora, se nem é a totalidade dos servidores que são promovidos, como “economizar” mais do que isso? Sem dúvida, será uma tarefa inglória para os membros da futura comissão, de ter que se posicionar contrariamente a mais uma tentativa da Reitoria de economizar às custas da carreira dos trabalhadores da Unesp.

A partir de demandas apresentadas pelo segmento técnico-administrativo, os representantes do “Chapão” relataram algumas das muitas situações que precisam ser aprimoradas. Por exemplo:

- Distorções na ferramenta de avaliação (ADP): há casos em que todos os servidores de um determinado departamento recebem nota máxima e idêntica de seu chefe (que é um docente); há casos em que chefes (servidores) conferem avaliação rebaixada aos seus subordinados por considerarem que são seus concorrentes na promoção, entre outros.

- Situações na consideração de cursos: não há diferenciação qualitativa nos cursos. Cursos realizados por instituições renomadas, e com alto investimento do próprio servidor, têm o mesmo valor que cursos “online” gratuitos.

Sobre os critérios de promoção, segundo fala da Reitoria, o que se percebe é o interesse pelo aumento das exigências para a promoção e do período de interstício, bem como a abertura do interstício para a promoção dos “bons funcionários”. A colocação gerou inquietações entre os representantes do “Chapão”: o que se pretende com isso? Como vamos aumentar o período de interstício e, ao mesmo tempo, permitir que os “bons” sejam promovidos sempre? E qual seria o entendimento exato do adjetivo “bom”, de modo a impedir mais distorções e privilégios para alguns?

Em resumo, temos muito a discutir sobre o assunto.

**Obs:** A comissão será paritária e os nomes que representarão os servidores são: Tiago Borguezon (Rio Claro), Valtênir J. Ferreira Souza (S. José do Rio Preto), Mário Frenhe Júnior (Bauru) e Luiz Bonilha (Araçatuba).

#### Revisão de transportes

Logo no início da reunião, o Prof. Dr. Fernando Andrade Fernandes deu informes sobre os trabalhos da Comissão de Revisão de Transportes. Ele considera satisfatórios os trabalhos da comissão, que foi criada com o objetivo de abranger três grandes eixos: a padronização das regulamentações dos serviços de transportes, a adequação e regulamentação de escalas de trabalho dos motoristas, adequação de frota e otimização da utilização dos recursos de transportes.

O professor lembrou que, a partir do primeiro eixo de trabalho, foi possível estabelecer uma padronização das normas para a utilização dos serviços e recursos de transporte da Universidade, gerando uma portaria que regulamentou os procedimentos no início de 2013. Tal regulamentação já trouxe avanços para o pessoal ligado diretamente aos transportes, reduzindo casos de discrepância na utilização dos recursos e estabelecendo prioridades de uso. Em 2014, não houve reuniões da comissão e, portanto, sem avanços nos trabalhos. Em 2015, a comissão voltou a se reunir e debater os itens que ainda estão em aberto.

Após a apresentação do professor Fernandes, os representantes do colegiado realizaram várias discussões, principalmente os conselheiros vinculados ao “Chapão Sintunesp/Associações” e “Chapão da Adunesp”. Eles ressaltaram a necessidade urgente de adequação das escalas de trabalho dos motoristas, que muitas vezes estão trabalhando com jornadas excessivas, o que traz risco à segurança e à saúde e, também, está em desacordo com a legislação.

O professor Fernando esclareceu que a comissão tem trabalhado neste ponto, estando em fase final de conclusão dos estudos para a regulamentação destas condições e das jornadas de trabalho de acordo com o previsto na lei.

Também foram apresentadas sugestões para a realização de trabalhos voltados à elaboração de políticas de economia de despesas com transportes, tais como: realização de pregões de compra de passagens aéreas para unidades distantes da capital (geraria uma economia em comparação ao transporte rodoviário, em algumas situações) e a utilização de *softwares* que possam integrar e otimizar o sistema de transportes das unidades. Um exemplo: um mesmo veículo poderia servir para uma viagem com destino comum para mais de uma unidade, que seja próxima à outra.

O professor Fernando disse que tal medida já começa a funcionar dentro das unidades, mas que ainda não existe nada que integre uma unidade a outra. Isso depende ainda de medidas de gestão locais, além da boa vontade dos usuários dos recursos de transporte.

### Terceirização

Por sugestão de um representante do “Chapão da Adunesp”, o tema da terceirização foi debatido na reunião. A discussão deu margem a avaliações relevantes à Universidade, mas foi feita num momento em que não havia mais quórum, o que impediu que qualquer proposta fosse apresentada.

A grande maioria dos testemunhos sobre a terceirização nas unidades da Unesp é negativa. Há situações como: atraso de pagamentos de salários, férias e 13º salário; divisão em parcelas do salário dentro do mês; diferenciação em relação aos servidores da Unesp (desde o uniforme até os salários e benefícios pagos, ainda que em funções idênticas) etc.

O assunto ficou em aberto para discussão na próxima reunião presencial, que se realizará em agosto.

### Outros tópicos abordados

**Mobilidade funcional:** Novamente foi cobrado retorno sobre a mobilidade dos técnicos que ainda aguardam para assumir as funções às quais prestaram concursos. O Prof. Gamero informou que esta será a primeira ação a ser tomada quando as contratações forem retomadas.

**Treinamentos com recursos do PDI:** Foram questionados os treinamentos patrocinados pela Reitoria com verbas do PDI. O CRH informou que houve cortes no PDI e que uma das áreas atendidas pelo programa foi a realização de cursos e treinamentos aos servidores. Está prevista para o segundo semestre a realização de treinamentos para a seção de graduação, cursos de EPI e formação de gestores).

**Teto constitucional:** Segundo informes do Prof. Gamero, no

início desta reunião do CADE as contas da Unesp de 2007 foram reprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado, em virtude dos salários pagos acima do teto constitucional, ou seja, o salário do governador. Os conselheiros do “Chapão” questionaram a informação de que alguns estão tendo o salário cortado e outros não. O presidente do CADE afirmou que tudo o que ultrapassa o teto (R\$ 21.631,05) é cortado, sendo que esse excesso é aplicado num fundo, para suprir eventuais decisões judiciais desfavoráveis à Universidade. Ele ressaltou que somente os estados de São Paulo e Piauí utilizam como referência de teto o salário do governador. Disse que há uma ação das três universidades junto à Assembleia Legislativa para que o teto salarial em São Paulo seja igual ao dos demais estados, ou seja, 90,25% do salário fixado para ministro do STF (hoje em R\$ 30.471,11).

**Escala dos vigilantes:** Novamente foi cobrada a escala de trabalho dos vigilantes da Unesp, pois há problemas em diversos *campi*. Novamente o CRH informou que a padronização de uma só escala para a Universidade é muito difícil, mas que serão remetidos ao setor jurídico alguns modelos para análise.

**Execução orçamentária:** Os conselheiros solicitaram que, na próxima reunião presencial do CADE, em agosto, haja a apresentação do demonstrativo da execução orçamentária de 2015. O objetivo é possibilitar ao colegiado a análise de itens que podem entrar no “aperto dos cintos”, além dos nossos salários com reajuste parcelado, como é o caso das reuniões de diversos fóruns, como os de diretores e vice-diretores, que sequer são oficiais.

**Folha de pagamento:** Foi realizada uma consulta consignada em ata, questionando a razão do aumento repentino (na ordem de R\$ 25 milhões ao mês) na folha de pagamento da Unesp, entre o final de 2013 e início de 2014. As despesas com folha de pagamento em outubro/2013 eram de R\$ 93.621.764,57, sendo que em março/2014 estavam em R\$ 118.959.040,03, o que implica em aumento de cerca de 26,8%. O professor Gamero disse que vai solicitar informações ao CRH e trará respostas na reunião de agosto.

**Hospital de Botucatu:** Mais uma vez, os conselheiros fizeram um relato a respeito das críticas condições que os servidores do Hospital de Botucatu têm enfrentado após a autarquiaização. Os regimes de trabalho são três: concursados pela Secretaria Estadual de Saúde, terceirizados, concursados pela Unesp. Um dos casos citados, ocorrido há alguns meses, foi a substituição dos servidores da Unesp da área de vigilância e recepção por servidores terceirizados. Os da Unesp foram remanejados para outros lugares, alguns literalmente “encostados”, à espera de suas aposentadorias. Mais agravante é a situação dos pacientes do hospital que, ao solicitar informações aos terceirizados (que chegam sem conhecer nada e sem treinamento adequado), sequer conseguem saber como chegar ao hospital.

**Implantação da estrutura das unidades experimentais:** A informação anterior é que seria analisada após a definição do dissídio. Questionado, o professor Gamero disse que está aguardando uma resposta da Assessoria de Planejamento Estratégico (APE).